

EDITORIAL

Fazer uma leitura da realidade significa desvendá-la, limpando-a de estereótipos, preconceitos, ideologias. Significa reconstruir o real no pensamento, realizando um movimento dialético onde as conclusões abstraídas do real retornam a ele para reiniciar o processo de conhecimento. Afinal, o real não se dá a conhecer de imediato, é só a atitude investigativa e reflexiva que possibilita apreender a riqueza do ser social.

Os artigos ora publicados têm em comum essa preocupação: investigar e desvendar o real, contribuindo para o desenvolvimento de ações que respondam às necessidades dos sujeitos sociais.

O artigo da profa. Vera Lúcia Tieko Suguihiro, “Conselho de Direitos: caminho de sua consolidação”, ao analisar o papel dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, aponta os limites políticos, econômicos, ideológicos e sociais, presentes na ação dos Conselheiros. É uma análise que se fundamenta na ação dos Conselheiros e que tem por perspectiva “*a capacidade de mudanças do modo de pensar e agir dos Conselheiros mediante superação das práticas singulares de natureza reiterativa e imediatista, assumindo a construção de um projeto social e político mais amplo, em defesa da garantia dos direitos da criança e do adolescente*”. Através da ação investigativa, é a busca do **saber** para **mudar**, levando os Conselheiros a assumirem seu papel político, e que deixem de tomar “*decisão de segunda classe*”.

É, também, analisando o homem como sujeito histórico, que a Profa. Sandra de Abreu Pires, escreve o artigo “Marx e o Indivíduo”, num debate para demonstrar que em Marx há uma preocupação com o indivíduo. A amplitude

maior dos estudos de Marx, e da tradição marxista, ressaltam significativamente a ação coletiva, a constituição de sujeitos coletivos, as classes sociais. Daí a importância de se filiar a debates que resgatam o indivíduo na obra de Marx. A importância deste tema para o Serviço Social é inequívoca, basta pensarmos em que âmbito se dá nossa ação profissional. Acreditamos ser esta uma perspectiva fecunda na análise metodológica do Serviço Social.

A Professora Maria Ângela Paulilo e a Professora Leila Solberger Jeolás, em seu artigo, “Jovens, Drogas, Risco e Vulnerabilidade: aproximações teóricas”, tem por eixo analítico apreender *“as múltiplas dimensões que expõem os jovens, atualmente, ao uso abusivo das drogas”*. A reflexão, que parte de uma categoria específica de indivíduos, demonstra a importância de políticas integradas para atender as especificidades e necessidades dos jovens.

Mas, a política e a política social são políticas que respondem a interesses das classes políticas e econômicas dominantes em nossa sociedade. É o que aponta o artigo da Profa. Ednéia Maria Machado e do acadêmico de direito Renato Obikawa Kyosen: “Política e Política Social”. É este conteúdo de classe que permeia todas as ações que inviabilizam a consecução de políticas de efetivo interesse da maioria, até porque o “que é interesse da maioria” também é definido, ideologicamente, pelas classes dominantes. E aí, como nos chama a atenção a acadêmica de Serviço Social Mariana de Cássia Ceratti, “ No Direito do Trabalho o Trabalhador sem Direito”, os direitos sociais são definidos, em última instância, pelas classes dominantes, e limitados em sua eficácia pelos interesses destas. Portanto, os direitos legais, na maioria das vezes, não se objetivam em ações concretas. Seu debate aborda, especificamente, os direitos

legais do exercício do trabalho, e como, através de instrumentos legais, o trabalhador se vê, cada vez mais, sem direitos.

O Professor Wagner Roberto do Amaral dedica-se, no texto “Políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil: conceitos e contexto”, a uma análise histórica das políticas de educação no Brasil, cuja *“constituição evidenciará os conflitos sociais e políticos existentes e emergentes entre as classes sociais”*; e ele ressalta a importância de que as políticas educacionais constituam-se em instrumento de toda a sociedade, com ênfase nos segmentos excluídos, para possibilitar que os indivíduos sejam sujeitos de sua história.

É também sobre educação o artigo de Jane Cristina Franco de Lima: “Serviço Social e Educação: uma análise sobre educação feminina no século XIX”. A abordagem ressalta a educação feminina para a submissão, e a educação como um processo fundamentado na forma como os homens produzem a vida material.

Podemos enfatizar, portanto, que o conhecimento é um instrumento de mudança, sendo fundamental que a investigação sobre o real se constitua no mais significativo instrumento de ação profissional do assistente social.

Ednéia Maria Machado